

Um breve debate sobre colonialismo digital e Amazônia sob um olhar afrodiaspórico¹

Thiane de Nazaré Monteiro Neves Barros²

RESUMO

O trabalho apresenta uma reflexão que relaciona o açaí ao colonialismo digital, como parte de um debate no campo da governança da internet no Brasil. O objetivo é discutir como o colonialismo digital também disputa territórios, explora a força de trabalho e reforça as hierarquias de raça, classe, gênero e território tendo o açaí como protagonista. O levantamento bibliográfico afrodiaspórico e amazônida é a metodologia usada integrando autores de diferentes e convergentes saberes. Parte deste raciocínio está publicado em minha tese de doutorado e para este Congresso trago uma ampliação desta análise.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; colonialismo digital; açaí.

1. Introdução

Em junho de 2023, em uma aula ministrada em São Paulo, apresentei uma matéria produzida por um telejornal sobre o Açaí, como é produzido, de onde vem, como é o processo da colheita à mesa e os possíveis aproveitamentos do fruto, o objetivo era discutir sobre soberania e colonialismo digital a partir dos cuidados desses processos e os riscos às comunidades envolvidas, quando essa produção alcançou a escala megalomaniaca que, hoje, a gente acompanha no Brasil e no mundo.

As formas de consumo do açaí se tornaram uma certa controvérsia desde meados dos anos 1990, quando o alimento começou a ser exportado para outros países e também passou a ser consumido em maior escala fora da região amazônica. O consumo, sobretudo no Sudeste e no Nordeste, é completamente diferente das formas de consumo no Pará, Amazonas e Amapá (estados amazônicos com a maior produção e exportação de açaí).

Para estes lugares, o açaí foi inicialmente vendido como energético, passou a ser misturado com guaraná em pó, granola e outras combinações e associado à prática de esportes e exercícios de jovens dos bairros de renda mais elevada da zona sul carioca que conheceram o açaí como suplemento alimentar considerado poderoso (Guimarães,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Epistemologias Antirracistas e Afrodiaspóricas na Amazônia, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Doutora em Ciências da Comunicação pelo PósCom/Universidade Federal do Pará, email: thiane.nb@gmail.com.

1998 *apud* Costa, 2022), mas também começou a ser visto como um doce, um tipo de sobremesa, um *frozen*. Mesmo o sorvete de açaí que é consumido nestes lugares não é chamado de sorvete, não é vendido como tal, foi inventado um modelo de negócio que rapidamente se espalhou, são as “franquias de açaí” e que pela popularidade, também predominam nos buscadores da internet, com ofertas peculiares nos formatos de consumo do produto.

Essa popularização aumentou substancialmente a demanda e para acompanhar esta nova necessidade, foi preciso também aumentar a oferta. Aumentaram as indústrias, que passaram a produzir múltiplas formas de açaí: açaí em pó, mix de açaí, açaí em barra de cereal, iogurte de açaí, milk shakes, cápsulas de suplemento alimentar, sachê de açaí orgânico e produtos cosméticos (Costa, 2022), “um negócio promissor para empreendedores que desejam investir na agroindústria” (Agro é bruto, 2023).

Mas nos estados amazônicos citados, o açaí é um fruto do quintal (Moraes, 2012), compreendido como um alimento e como tal faz parte das refeições de centenas de famílias, é parte de uma identidade territorial, é um alimento descoberto nas culturas indígenas e ribeirinhas, consumido com outros alimentos como peixe, camarão, farinha de tapioca, farinha de mandioca e sem açúcar. De acordo com Costa (2022), inicialmente o despulpamento do açaí era manual, antes das batedeiras mecânicas. Até o início dos anos 1990, o processamento do fruto do açaí na Região do Grão-Pará era realizado exclusivamente pelos “batedores de açaí” e de importância fundamental para a população de baixo de renda, bastante formada por migrantes das microrregiões Baixo Tocantins e Campos do Marajó, tradicionais produtoras e consumidoras de açaí (Costa, 2022) que vieram para Belém entre as décadas de 1970 e 1980.

2. As tecnologias em volta do açaí

O açazeiro é uma palmeira com cerca de 15 a 20 metros de altura, para subir na árvore, os antigos criaram a peconha³, uma tecnologia cuidadosamente tecida a partir de

³ Uma curiosidade: no dicionário *Oxford Languages and Google*, peconha é definida como: *Substantivo feminino. Norte do Brasil. Laço de corda ou de pedaço de saco, p.ex., de fibra de embira, em que os trepadores de árvore apoiam os pés de encontro ao caule, para por este subirem com a força de suas pernas e braços. Do tupi peko'iñ. Mas na Wikipédia, o verbete tem a seguinte descrição: **Peconha** é um utensílio rudimentar amazônico similar a um cinto, utilizado na escalada de árvores comumente fabricado a partir de fibras de Ubuçu (tururi), Ripeira ou Matamatá. Também, recentemente, têm sido usadas peconhas feitas de sacolas grandes compostas por fibras de polímeros (por exemplo, sacola de cebola) que são mais duráveis. Esta técnica é amplamente utilizada para coleta de recursos vegetais de espécies como Açaí, Bacaba, Pataú e Ubuçu.* No primeiro dicionário a interferência no significado de peconha, é mínima. Enquanto na Wikipédia, que é um site colaborativo, a definição primeiro chama peconha de “rudimentar” e a define como algo semelhante a um cinto.

cipós ou ramas de árvores e fixada aos pés com uma técnica que garantia uma subida segura, firme, ágil e sem prejuízo ao ambiente. Com o tempo e as urgências para subidas mais rápidas, as peconhas passaram a ser feitas de materiais improvisados como sacos plásticos, cordas e pedaços de tecidos, pesquisadores desenvolveram Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que imitam a função da peconha e cumprem o papel de subir nas árvores de forma segura, mas são materiais como couro e ferro e passam por processos industrializados, tirando a autonomia dos povos originários que sempre produziram a peconha com cuidado ao ecossistema como um todo, inclusive respeitando as entressafras.

Com a industrialização do açaí em grandes fazendas, muita coisa mudou: “tem ocorrido o desmatamento de áreas das matas ciliares e o comprometimento dos açaizais manejados pelas comunidades quilombolas” (Moraes, 2012, p. 129). O que antes vinha com uma trajetória tecnológica comunitária, cuidadosa, de um processo cultural que significava autonomia dos povos originários e ao mesmo tempo que garantia sua soberania, com o aumento da produção levou à concentração de renda das grandes indústrias, gerou exploração do trabalho familiar e infantil, violências aos territórios, insegurança física, alimentar e econômica às comunidades que viviam do consumo na região do Pará⁴.

Costa (2022) atribui a essas indústrias um tipo de epicentro de Arranjo Produtivo Local de Polpa Congelada de Açaí e diferencia os produtos derivados do açaí em dois grupos principais: 1) atritação cuidadosa: grupo cujo consumo está baseado na percepção de seus atributos extrínsecos e sensoriais (odor, sabor e cor, além, é claro, de suas capacidades alimentícias demonstradas tacitamente) que é composto principalmente pelo mercado local e 2) atritação vigorosa: grupo orientado por percepção de seus atributos intrínsecos (antioxidante, portador superdotado de antocianina, superenergético) formado pelo mercado externo. Entretanto, existe um esforço dessas empresas para transformar as características extrínsecas, que são o que há de específico no açaí, em uma generalidade moldável.

O produto industrializado sobrepõe o produto na versão natural quando se pesquisa sobre açaí no YouTube e em alguns buscadores de internet. As comunidades

⁴ É importante compreender que o pessoal antigo dessas comunidades produtoras de açaí, também produziam suas próprias ferramentas, vasilhas de barro, dominavam a técnica da cerâmica, panelas, tigelas, torradores de beiju e café, e alguidares para amassar o açaí (Moraes, 2012).

que inventaram a primeira tecnologia que possibilitou a colheita do açaí, os processos de despolpe por amassamento manual ou mesmo a afetuosa plaquinha de açaí, comum nos pontos de venda do vinho/polpa, não possuem os recursos necessários para disputar esta narrativa. E a versão industrializada é que está sendo cristalizada na internet como a única verdade possível. E disso está feita a controvérsia sobre o açaí no Brasil, só que desta vez, ao contrário da baixa repercussão da apropriação da Amazon e da patente do Cupuaçu no Japão, nortistas dos estados onde o cultivo é comunitário, estão fazendo questão de disputar a narrativa.

E por que isso importa? Quem detém o poder econômico, tecnopolítico e de comunicação, é quem concentra a narrativa. Importa tanto por uma questão de direitos e exercício da cidadania, quanto porque as versões desses mapas digitais estão sendo contadas de fora, se as populações não têm acesso de qualidade, como participar das dinâmicas do país a partir de seus próprios lugares? Continuarão sendo tuteladas, a tradição de dependência continua nos empreendimentos recolonizadores (FREITAS, 2009) e os "excluídos digitais" (expressão muito usada pelos colonizadores digitais) continuarão servindo de trampolim para plataformas políticas e comerciais predatórias.

E isso também leva à desinformação, ao apagamento, aos vieses racistas de Euclides da Cunha de que somos selvagens, preguiçosos, que não temos história nem memória, e da colonização militar de que somos um enorme vazio demográfico que são reproduzidos na dupla opacidade dos racismos em algoritmos (Silva, 2022). Muitas vezes “a narrativa sobre o outro explica mais sobre quem narra do que sobre o narrado” (Freitas, 2009, p. 17), mas no caso das narrativas criadas por essa memória colonial, as desinformações foram cristalizadas como verdades.

Nossas tecnologias e nossa cultura não aparecem ou aparecem deturpadas nos mapas da cultura digital e com a precariedade das infraestruturas de internet existentes na região, a Amazônia permanece como “um lugar exótico, social e culturalmente não incorporado ao todo nacional” (Dutra, 2009, p. 23), é um sistemático controle de imagem (Hill Collins, 2019; Bueno, 2020) que vem desde os primeiros registros gráficos nos cadernos de campo de naturalistas em expedições pela Amazônia e continuam nas imagens geradas por inteligência artificial.

Um tipo de ideologia que se cria e retroalimenta a respeito de determinadas regiões do mundo, como os seus globais (Vergès, 2020) da colonização ultramarina ao

colonialismo digital (Faustino e Lippold, 2023) e sobre corpos que não seguem lógicas brancas. É o resultado do combo de aprendizado de máquina, algoritmos, inteligência artificial e, sobretudo, intervenção humana. Faustino e Lippold (2023, p. 65) afirmam, inclusive, que essa nova forma de colonização também é atravessada pelas divisões de raça, classe, gênero e, acrescento, territorialidade. Eles nos dizem que o “manejo estatisticamente orientado dos dados” nos manipulam ao consumo e ao gasto do nosso tempo respondendo a determinados estímulos, afinal, “na atual fase da acumulação capitalista o colonialismo é um elemento econômico fundamental”, bem como “o colonialismo digital não é mera metáfora, mas um dos traços objetivos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista”, ou seja, “é dominação política, econômica e social” (p. 71).

Bianca Corrêa (2019, p. 124) explica que o aprendizado de máquina “é a prática de usar algoritmos para coletar dados, aprender com eles, e então fazer uma determinação ou predição sobre algo”, é uma metodologia cujas técnicas de alimentação de dados se dá em grandes escalas que usam padrões originais para gerar modelos a serem utilizados para prever o que acontecerá com aqueles dados, por exemplo: resolver tarefas complexas e promover o crescimento econômico, são os algoritmos que dão à máquina a habilidade de aprender como executar estas tarefas tendo uma quantidade de dados diversa e robusta (Corrêa, 2021).

E por trás de toda essa matemática, há também a cultura, o trabalho, os valores e a inteligência humana. Tarcízio Silva (2023) escreve que os algoritmos são treinados para funções diversas e mediam questões de interesse público com sequências de instruções que podem ser feitas por um computador, uma pessoa e/ou algum tipo de autômato. São essas características que nos ajudam a desmistificar o mito da neutralidade tecnológica e algorítmica, visto que não há objetividade ou neutralidade nas iniciativas de armazenar, interpretar e gerir o social a partir de dados estruturados.

3. Conclusão

Muitas vezes estas circunstâncias são bastante simplistas na conformação dos resultados elaborados pelos sistemas de inteligência artificial, que são alimentados por estes algoritmos, não levam em conta as tecnologias de cuidado e de resistência desenvolvidas por povos originários, amazônidas, quilombolas; não leva em conta que no território de Mairi, que onde Iaçã chorou a morte de sua filha, nasceu uma palmeira

frondosa com um fruto roxo que alimentou um povo indígena que passava por dificuldades.

O Chat GPT explica açaí da seguinte forma: *Açaí is a small, dark purple fruit native to the Amazon rainforest in Brazil. It grows on the açaí palm tree and is known for its rich flavor and potential health benefits. Açaí berries are often consumed as a smoothie bowl or in beverages, and they are touted for their antioxidant properties.*

O objetivo de falar sobre governança da internet na Amazônia tendo o açaí como ponto de partida, é analisar como o ecossistema colonialista está presente na Amazônia desde as primeiras expedições científicas e como até hoje as infraestruturas ainda privilegiam estes modelos predatórios de desenvolvimento, que impedem os acessos por parte de comunidades locais que se mantêm na resistência contra o poder controlador das gigantes das tecnologias por meio de suas tecnologias de cuidado e dos hackeramazonismos, compreendidos aqui como o olhar para este presente digital, sem deixar para trás aquilo que é próprio das tecnologias amazônidas.

REFERÊNCIAS

BUENO, W. Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CORRÊA, B. K. Nogueira. Direito e tecnologia em perspectiva amefricana: autonomia, algoritmos e vieses raciais. 2021. 299 f. Tese (Doutorado)-Curso de Pós-Graduação em Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/58993/58993.PDF>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COSTA, F. de A. Economia e Território [recurso eletrônico]: Constituição e dinâmica da economia do açaí na Região do Grão-Pará (1995-2011). Belém, PA: NAEA, 2022.

DUTRA, M. S. A natureza da mídia.: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009. GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2007.

FAUSTINO, D. LIPPOLD, W. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

GUIMARÃES, C. M. C. (2016). Dinâmica do Processo de Inovação do Açaí: A trajetória de pesquisa e desenvolvimento do BRS-Pará. Belém, NAEA-PLADES, Dissertação de Mestrado.

HILL COLLINS, P. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

MORAES, I. E. P. de. Povos do Aroá: patrimônio, arqueologia e territorialidade quilombola em São Domingos do Capim (PA). 2012. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, T. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo, SP: Edições Sesc, 2022.

VERGÈS, Françoise. Um Feminismo Decolonial. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.